

32o. Encontro Anual da Anpocs

GT 11: Democracia, comunicação política e eleições

Internet e eleições presidenciais de 2006: a ação política do Centro de Mídia Independente

Autora: Rosemary Segurado

A presente comunicação é parte da pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Capes/MEC no. 124/06, projeto de cooperação binacional, financiado pela CAPES e Ministério da Educação da Espanha. O projeto envolveu uma equipe de pesquisadores do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP) e da Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. A pesquisa sobre o “O uso das novas tecnologias na ação política no Brasil e na Espanha” analisou sites de partidos políticos, blogs jornalísticos e mídia independente, investigando o debate realizado na internet a respeito das eleições presidenciais de 2006 no Brasil. A seguir apresentarei os principais resultados da pesquisa sobre o site do Centro de Mídia Independente (CMI).

Histórico do Centro de Mídia Independente, estrutura do site e política editorial

O Centro de Mídia Independente do Brasil surgiu no final de 2000, a partir da iniciativa de alguns movimentos sociais articulados em torno da organização do S26 (referente aos protestos globais contra o encontro do Banco Mundial em Praga ocorridas em vários países no dia 26 de setembro de 2000). A partir das listas de discussão na internet para a organização dessa manifestação, surgiu a necessidade de criação de um site inspirado nos moldes de organização do Indymedia, ou seja, um site de notícias, uma publicação aberta a todos aqueles que quisessem divulgar suas idéias.

O site do CMI Brasil se define como “uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”. Com esse lema, o CMI Brasil busca ser um portal de mídia que objetiva “dar voz a quem não tem voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial”. Isso porque, segundo seus organizadores, a mídia tradicional, ligada às grandes corporações, freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.

A estrutura do site é de navegação simples e chama atenção pelo alto grau de interatividade e atividade das quais o leitor pode usufruir. Os textos estão disponíveis em português, espanhol, inglês e esperanto, tornando o site acessível a um número muito maior de pessoas, mantendo a preocupação com a interação e a liberdade do receptor. O site do CMI também explora outros recursos midiáticos disponíveis na internet, como a apresentação de vídeos e áudio, além das fotografias. Na barra à esquerda, o site disponibiliza ao internauta a possibilidade de ouvir a “rádio CMI”, ler impressos e assistir a vídeos e documentários.

Quase toda a navegação do site pode ser feita a partir da página inicial, tendo a

barra da direita com as últimas publicações, em ordem decrescente de data com as últimas publicações, e ao final delas pode-se encontrar o link de acesso aos arquivos, o que torna simples a busca das publicações anteriores. À esquerda encontra-se a barra com os links de navegação do conteúdo do site e interação com os outros portais do Indymedia. Assim, podem-se encontrar os links para publicações, notícias, política editorial, recrutamento de voluntários para o processo de democratização da mídia, envio de mensagens para o site, ajuda para publicar notícias no site, os princípios do CMI, acesso a sala de bate-papo, os projetos do CMI, artigos escondidos, cadastro de email para receber o boletim do CMI, buscador (onde além de digitar a palavra que o internauta deseja buscar, ainda é possível escolher se a busca inclui imagens, áudio ou vídeo) e acesso direto aos sites de todos os Indymedias do mundo, estes sendo divididos por continentes.

Além disso, a estrutura do site permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens, tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações. A preocupação central dos articuladores do site é abrir um canal de diálogo diferenciado dos meios de comunicação de massa tradicionais, tanto na produção quanto na divulgação de informações. Na prática, trata-se de romper com o paradigma tradicional da comunicação que separa o emissor e o receptor, retomando a comunicação como parte da experiência cotidiana dos indivíduos. Nesse sentido, a internet possibilita a esses movimentos a ampliação das possibilidades de organização dos movimentos sociais.

Na política editorial do site, o anticapitalismo é um princípio norteador das ações dos novos movimentos e das correntes de pensamento que se opõem à propriedade privada, ao mercado e à política liberal de livre concorrência. Os ativistas do CMI entendem que a grande imprensa está atrelada aos interesses das elites econômicas, sociais e culturais e por esse motivo atua no sentido de distorcer os fatos e construir interpretações da realidade que favoreçam a manutenção do sistema capitalista, definindo-se anticapitalistas. Embora não haja consenso em torno dessa definição, considerando as distintas orientações políticas das correntes que compõem esses movimentos, de maneira geral se busca manter certa coerência entre as práticas sociais e o questionamento aos impactos provocados pelo sistema capitalista na vida humana.

O coletivo editorial deixa claro que não se trata de uma forma neutra de se veicular informações, mas de uma perspectiva definida e contrária às determinações econômicas, políticas e sociais de um sistema econômico-político – o sistema capitalista - que por natureza é excludente. Qualquer pessoa pode disponibilizar textos, vídeos e imagens,

privilegiando-se a divulgação de material que esteja relacionado à cobertura dos movimentos sociais e dos movimentos de ação direta que se opõem às políticas das elites. Dessa maneira, o site do CMI consegue manter sua política de romper com o paradigma clássico dos meios de comunicação pautados na relação emissor-receptor. O fato de os internautas poderem disponibilizar conteúdos no site, além de criar uma alta interatividade, rara nos meios de informação, faz o site ter o conteúdo que seu público deseja e ao mesmo tempo selecionar o público pelo tipo de informação que disponibiliza.

A estrutura da página se oferece como um meio democrático e descentralizado de produzir e difundir informações, além de possibilitar a criação de redes potencializadoras de movimentos de ação direta. Trata-se de exercitar o caráter rizomático dos movimentos. Sendo assim, não há centralização das informações e os indivíduos podem se conectar a partir de qualquer ponto do site, conforme seus próprios interesses. Como podemos ver em Castells:

A internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização. (CASTELLS, 2003: 277)

Mesmo sendo uma publicação aberta, o CMI não permite a publicação de opiniões que violem a política editorial, sendo proibida a veiculação de informações com conteúdo racista, sexista, ofensas pessoais, propaganda comercial ou partidária, pregação religiosa etc. Nesse sentido, entre as diretrizes norteadoras do site destaca-se a busca pela divulgação de informações com caráter crítico e, ao mesmo tempo, que exerça um papel ativo na construção de uma “sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”.

Com o aumento do número de indivíduos e grupos que postavam textos no site, verificou-se que muitas publicações violavam a política editorial postando textos contrários aos princípios definidos inicialmente. Com a preocupação de se manter como publicação aberta e ao mesmo tempo garantir o respeito aos princípios norteadores do CMI, foi criada uma coluna intitulada “artigos escondidos”, para onde esses artigos são deslocados quando seus conteúdos não estejam de acordo com a política editorial e que se enquadrem nos seguintes itens:

“Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios; contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos; façam qualquer tipo de propaganda comercial; tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneira que fujam de nossas propostas políticas; visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político; visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em mediaindependente.org); sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente; o/a autor(a) peça que sejam retirados; sejam

boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido; sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo; estejam contra os objetivos apresentados na política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente” . (CMI – 13/07/09)

No entanto, como a coluna diz, os artigos estão escondidos e não censurados, estando disponíveis para o leitor que quiser ler. Mas, ainda tentando preservar a linha editorial, ao acessar esses artigos o leitor encontra o seguinte aviso: “Esse artigo foi escondido porque estava em desacordo com a política editorial do site. Ele pode ser um artigo repetido (já publicado anteriormente), um artigo preconceituoso ou discriminatório, um ataque pessoal, propaganda comercial ou de partido político ou apenas um artigo que contraria a missão do CMI. Em caso de dúvida, contate o coletivo editorial”.

Os temas debatidos no site do CMI

A partir do acompanhamento do debate realizado no site entre julho e outubro de 2006 em torno das eleições presidenciais, observou-se que os movimentos sociais que se articulavam em torno do CMI discutiram com maior frequência dois temas: o voto nulo e a crítica aos partidos políticos da chamada esquerda tradicional. Ao longo da campanha, tanto no primeiro quanto no segundo turno, foi expressivo o conjunto de artigos e de notícias, de ativistas de diversos movimentos sociais, além de internautas que disponibilizaram textos em torno dessas questões.

Os ativistas manifestaram suas divergências a respeito do sistema político, à estrutura político-partidária vigente e ao sistema eleitoral, principalmente a manutenção da obrigatoriedade do voto. Cabe ressaltar que não optamos por realizar uma análise da eficácia da campanha pelo voto nulo; o objetivo central foi analisar o debate sobre o processo eleitoral e observar a utilização da internet como ferramenta política da organização dos movimentos sociais em torno das eleições.

As críticas ao processo eleitoral foram diretamente relacionadas ao questionamento da democracia contemporânea e expressaram profundo descontentamento com as instituições parlamentares e a dinâmica da representação, conforme aprofundaremos mais adiante. Esse descontentamento em relação ao sistema

político pode ser analisado com base em um processo mais amplo vivido pelas organizações e partidos políticos de esquerda desde os anos 60, que encontraram nos movimentos da contracultura uma referência fundamental para reorientar suas formas organizativas. Efetivamente, a origem desses grupos ocorre a partir da ruptura com as práticas políticas que orientaram os partidos comunistas e regimes socialistas implantados nos países do leste europeu e, principalmente, a partir da necessidade de se incorporar no repertório das lutas sociais algumas reivindicações que tradicionalmente não eram priorizadas por esses partidos, como por exemplo as reivindicações específicas dos movimentos ecológicos, étnicos, de mulheres, de homossexuais, entre tantas outras manifestações de mobilizações em torno de temáticas singulares que ganharam destaque a partir dos anos 90.

O que se observa no debate desenvolvido pelos ativistas no site do CMI é a necessidade de se retomar a radicalidade de algumas questões dos movimentos sociais, do período da ditadura militar e do início do processo de redemocratização ocorrido a partir dos anos 80. O período eleitoral se torna uma espécie de “pano de fundo” para retomar esse debate, que para muitos movimentos ainda não foi esgotado. Nesse sentido, trata-se de uma espécie de acerto de contas e, no caso dos chamados novos movimentos sociais, é uma oportunidade de reafirmação de seus princípios organizativos para orientar suas práticas e demonstrar o esgotamento das reivindicações e formas organizativas da chamada “velha esquerda”.

É necessário lembrar que ainda existem muitos grupos ou partidos políticos minoritários e sem expressão eleitoral que se identificam com as práticas de esquerda e mantêm uma estrutura organizativa e ideológica característica da chamada velha esquerda ou dos movimentos sociais com orientações de ideologias ainda vinculadas ao pensamento e atuação da esquerda antes da queda do Muro de Berlim. Ou seja, antes das profundas transformações sofridas pelo ideário político que norteou durante todo o século XX a concepção de práticas políticas de parte expressiva dos movimentos de transformação social.

Nesse sentido, entre o final dos anos 80 e início dos 90 verifica-se o processo de transformação das formas de organização dos movimentos sociais em âmbito global. Esses movimentos defendem os princípios da autonomia, do trabalho de base e da combatividade e se inspiram em experiências de setores do movimento operário italiano, que desde os anos 60 se organiza independente das direções sindicais e partidárias, que na época era chamada de “esquerda oficial”. O objetivo desses grupos era organizar um

processo de articulação dos trabalhadores por meio daquilo que chamava de mobilização permanente e da utilização de estratégias de confronto com os proprietários das fábricas. Para os membros da “autonomia operária”, somente a radicalidade das ações poderia promover as transformações sociais necessárias para acabar com a exploração e precárias condições de trabalho.

Os autonomistas italianos consideravam a “esquerda oficial” à frente das direções dos sindicatos um obstáculo para que a organização dos trabalhadores pudesse obter êxito e divergiam delas por considerá-las muito conservadoras em suas formas de organizar o movimento sindical. A ação direta se constitui como um dos princípios desses movimentos que buscam a ampliação da participação dos trabalhadores nas lutas reivindicatórias, deslocando as práticas tradicionais adotadas pelas lideranças dos sindicatos. Portanto, os movimentos se declaravam autônomos das direções sindicais.

O questionamento às lideranças sindicais destacava a necessidade de romper com a estrutura verticalizada dos sindicatos. Para os autonomistas, a verticalização era responsável pelo distanciamento das lideranças sindicais dos trabalhadores e acreditavam que a representação se materializava como fator impossibilitador do engajamento de amplos setores do operariado. A proposta dos autonomistas era pela constituição de coletivos de trabalhadores por meio de Assembléias Autônomas com a participação direta nas decisões.

Esse debate é retomado nos anos 90 e desde então se faz presente em diversas iniciativas de potencializar a atuação dos movimentos sociais. Esses movimentos que se autodenominam independentes e autônomos estão em consonância com a linha editorial do CMI e defendem o princípio da alternativa anticapitalista e da defesa da ação direta. Seriam os movimentos por ocupação de terras, prédios e terrenos, o movimento pelo passe livre, organização de saques a supermercados, ocupação de órgãos governamentais, rádios e TVs livres, ocupação de fábricas e empresas, entre outros. Nesse sentido,

duas questões devem ser focalizadas (...) para a análise desses movimentos sociais e relacioná-los de forma mais ampla ao sistema político. Primeiramente, deve-se assinalar que o que se pode definir como a “política da autonomia” ganhou espaço em muitos movimentos sociais latino-americanos recentemente (DOMINGUES, 2007:7).

A participação direta é entendida como articulação de assembléias, piquetes, mutirões, ou seja, todas as formas cuja ação política esteja orientada para garantir a participação direta dos indivíduos em detrimento das formas representativas, como a da democracia parlamentar. A atuação política deve ser orientada conforme o processo revolucionário e o socialismo, vistos como única possibilidade de implantar a igualdade

social e a liberdade. É nesse sentido que vemos a crítica à política da chamada esquerda eleitoral, cuja prática considerada conciliadora teria desmoralizado a idéia do socialismo. Para esses ativistas, os parlamentares e os governos que já defenderam a bandeira do socialismo são vistos como aqueles que abandonaram essa perspectiva para se dedicar a implantar programas sociais paliativos.

Verifica-se, de certa forma, uma espécie de saudosismo no debate realizado por alguns grupos, que sempre se baseiam nas lutas dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, com destaque para o movimento sindical e estudantil que, segundo os ativistas, lutavam pelas liberdades democráticas e enxergavam o processo eleitoral como a possibilidade de se “acumular forças” para a realização das transformações sociais que levariam à revolução socialista. Naquele momento, a eleição de parlamentares e governantes que tivessem estabelecido algum compromisso com os movimentos sociais era entendida pelos movimentos como um canal de diálogo com as instituições burguesas (parlamento, ministérios, poder executivo entre outras).

A agenda de debates em torno do processo eleitoral se diferencia da agenda do período da redemocratização política. Esse aspecto merece destaque se considerarmos que no período da redemocratização diversos partidos e organizações de esquerda participavam do processo eleitoral como estratégia de abertura de diálogo com maiores parcelas do eleitorado, com o objetivo de afirmar uma pauta de reivindicações sociais no âmbito da legalidade das instituições políticas “burguesas”.

As eleições eram encaradas como “espaços da democracia burguesa” que deviam ser ocupados pelo movimento social e por todos os setores de esquerda no sentido de pressionar os partidos políticos tradicionais a assumirem um compromisso com as reivindicações populares. A partir dessa perspectiva, conforme análise desses militantes, era possível identificar quais eram os partidos ou candidatos que estavam “ao lado dos interesses da classe trabalhadora” e quais eram aqueles que não tinham um compromisso com a defesa das necessidades dos movimentos sociais. Nesse sentido, consideramos importante o estabelecimento de algumas diferenciações em relação aos movimentos sociais, para que de fato se possa compreender o caráter multifacetado presente na dinâmica das práticas políticas adotadas na atuação desses grupos.

Compreender a heterogeneidade verificada no interior desses grupos é fundamental para o debate em torno dos aspectos que se configuraram em torno da campanha pelo voto nulo, observada no site durante o período das eleições presidenciais de 2006. As manifestações críticas ao processo eleitoral se verificam por meio da radicalidade das críticas expressas nos textos, nas charges e montagens de fotos com

tom irônico em relação aos partidos políticos e governantes brasileiros. Os ativistas dos comitês pelo voto nulo utilizaram uma forma irreverente de tratar os principais temas do debate eleitoral, com o objetivo de desmistificar a figura do político tradicional. Com o uso abundante de metáforas, ironias e xingamentos, os defensores da desobrigatoriedade do voto utilizaram o site do CMI para registrar seu protesto.

O caráter minoritário da maioria desses grupos se constitui como uma característica fundamental para se abordar a relação entre mídia e tecnologia propiciada pela utilização das novas tecnologias na ação política. A internet vem ocupando um lugar cada vez mais importante na viabilização do diálogo entre esses grupos que não encontram espaço para a manifestação de suas idéias nos meios de comunicação convencionais. Encontram-se alijados deles e, portanto, não são considerados na chamada agenda do público, conforme podemos observar nas teorias de McCombs e Shaw. Nesse sentido, verifica-se uma mudança em curso da democracia contemporânea a partir do surgimento de novos espaços de debate, principalmente na esfera digital que abre espaço para a participação dos movimentos contrainformativos que buscam problematizar as abordagens das informações utilizadas pelos meios de comunicação tradicionais.

Nesse sentido, nota-se que para alguns grupos de ativistas se tornou necessária a mudança de estratégia política em relação ao processo eleitoral, à medida que ele deixava de representar um espaço fértil para a ampliação do debate com a população. O sistema político se tornara cada vez mais distante da expressão da vontade popular e foi ocupado pelos representantes da democracia burguesa. Instituições do Estado como parlamento, poder executivo e quaisquer órgãos governamentais deixavam de ser relevantes para a estratégia norteadora das práticas políticas baseadas na autonomia. Portanto, a campanha pelo voto nulo se configurava como uma forma de desobediência civil para deslegitimar os dispositivos próprios da democracia representativa.

Boicotar o processo eleitoral se configurava como uma forma de abrir outro tipo de diálogo com a população. Significava desmistificar o processo eleitoral e promover a ruptura com a democracia burguesa. Para os ativistas, a participação nas eleições significava a legitimação da chamada “farsa democrática” que serve para manter políticos corruptos.

Após o período da chamada democratização brasileira, essa foi a primeira vez que houve um movimento em várias partes do país questionando o processo eleitoral e a obrigatoriedade do voto. O site do CMI teve um papel importante na divulgação das informações sobre as atividades dos comitês regionais da campanha e funcionou como

catalisador desse debate, participando ativamente da articulação dos setores do movimento social que expressaram o descontentamento de parcela do eleitorado com a democracia representativa.

Talvez essa seja uma particularidade do atual processo eleitoral brasileiro, a partir do qual é possível observar que os temas de campanha relacionados aos problemas sociais do país aparecem nesse debate de forma diferente daquela que tradicionalmente era utilizada em eleições anteriores. Encontramos em muitos artigos e notícias referências de antigos militantes da época da ditadura militar e do período da democratização que fazem indicações à forma como o processo eleitoral era caracterizado por esses setores.

Esse aspecto nos remete ao tipo de movimento social que se articula em torno do CMI ou que mantém uma relação com o site, que passou a ser utilizado como um canal de diálogo para a organização e discussão das ações desses movimentos sociais. Trata-se de movimentos cuja prática política e comunicativa se articula à forma organizativa e estão fora das instituições dos movimentos sociais tradicionais, como, por exemplo, os sindicatos e as entidades estudantis. Há um questionamento em relação à atuação e à estrutura dos sindicatos, identificadas como reprodutoras da lógica empresarial, consideradas como fortemente hierárquica e piramidal. Nesse sentido, observamos que durante o processo eleitoral a crítica à esquerda tradicional se transforma no centro do debate verificado no site.

Cabe ressaltar que mesmo quando outros temas também apareceram entre os artigos, tais como denúncias de corrupção no governo Lula, críticas à política econômica do governo federal e críticas à campanha de Geraldo Alckmin (PSDB), eles são diretamente relacionados à crítica ao processo eleitoral, à obrigatoriedade do voto e à atuação dos partidos de esquerda brasileiros. O questionamento lançado ao PT, ora identificado pelos internautas como partido de centro-direita ora de direita, é uma das mais contundentes e norteia parte significativa das abordagens. Críticas em relação à política econômica do governo Lula também são freqüentes no site, tanto nos artigos e notícias quanto nos comentários.

A multiplicidade de pontos de vista em torno da campanha do voto nulo expressa a variedade de grupos sociais, que vão desde partidos políticos de esquerda, grupos de orientação anarquista, movimentos culturais, passando por grupos que atuam em torno de questões ambientais. Nesse espectro ideológico, destaca-se a presença de grupos anarquistas para os quais a campanha do voto nulo faz parte de uma crítica às estruturas

institucionais e na ênfase às práticas sociais e políticas de ação direta, ou seja, na crítica à autoridade fundada no princípio da estrutura partidária e da representação política como forma de organização da vida social. Encontramos artigos que buscam analisar teoricamente o debate em torno da institucionalidade. Diferentemente de outros grupos, o que se subscreve COB/AIT utiliza até mesmo frases de obras do anarquista Mikhail Bakunin para fundamentar a opção pela anulação do voto, conforme podemos identificar claramente na seguinte passagem do artigo:

Os anarkistas propõem o VOTO NULO, não simplesmente como estratégia de mobilização, são partidários do pensamento que afirma de que a "liberdade não se delega, exerce-se". Consoante a este pensamento de Proudhon, são partidários da AÇÃO DIRETA. Por noituti 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

Nota-se que nessa citação a crítica dos anarquistas é dirigida ao setor dos movimentos sociais nos quais os militantes se mostram descontentes com a política social e econômica conduzida pelo governo do presidente Lula, mas não o fazem por um questionamento à institucionalidade ou ao exercício da liberdade, conforme vemos em Bakunin. Demonstrem insatisfação pontual a um governo específico; não criticam a figura do Estado. Para os "anarkistas", a ausência de igualdade econômica e social impossibilita a existência da igualdade política e para isso defendem a coletivização da produção e dos meios de produção como forma de se construir uma sociedade mais justa.

A organização federalista e confederalista — segundo definição dos próprios autores do artigo — se pauta na articulação da sociedade em assembleias gerais, plenárias, entre outras formas que garantiriam o encontro de consensos construídos a partir da pluralidade. Portanto, entre os princípios básicos que norteiam as práticas das organizações com orientações "anarkistas", destaca-se a defesa da liberdade, da ação direta, do federalismo, da autonomia e da autogestão:

ANULAR O VOTO: MAIS DO QUE SIMPLES ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO
Por noituti 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

Para os anarquistas, a ocupação dos espaços institucionais por parte de militantes dos movimentos sociais por intermédio de mandatos ou de empregos em cargos públicos, gerou um processo de burocratização da esquerda. E fazem esse debate com base em conceitos da ciência política, principalmente vinculados à teoria marxista.

Onde o Estado e as classes dominantes se apóiam numa complexa, original e ramificada infra-estrutura de manipulação ideológica, combinando o pensamento fetichizado e tradicional com as novas conquistas da ciência. Em níveis distintos, mas relacionados, a mídia eletrônica e as igrejas fundamentalistas reproduzem a razão instrumental e o

fatalismo, a resignação à realidade e a transferência da sua solução para o plano metafísico. (CMI, 20/09/06)

Nota-se a radicalidade da crítica ao processo de burocratização da esquerda, que teria abandonado as lutas coletivas para a criação de “panelinhas”, de pequenos grupos que obteriam privilégios em detrimento de continuarem sua ação política orientada para a transformação da sociedade. Identificam o processo de profissionalização do movimento social e na troca do militante político pelo funcionário. Apontam para a falta de independência dos movimentos sociais, que teriam sido capturados pela institucionalidade e teriam se convertido na chamada “esquerda institucional”, que se limita a reproduzir as formas de clientelismo, demagogia e corrupção utilizadas tradicionalmente pelos partidos de direita que tanto haviam sido criticados quando a esquerda fazia parte da oposição. Nesse sentido, os autores do artigo afirmam que a defesa da cidadania feita pelos chamados partidos eleitorais serviria para ocultar a realidade dos antagonismos existentes na sociedade capitalista.

A crítica dos grupos anarquistas se dirige à democracia representativa e essa não é uma preocupação somente das concepções anarquistas, conforme podemos observar no texto de Bernard Manin:

a idéia de uma crise da representação é um tema usual, o que nos leva a crer que estamos diante de uma crise que é muito menos da representação como tal do que de uma forma particular de governo representativo. Cabe, portanto, indagar-se se as mudanças que hoje atingem a representação não estariam sinalizando a emergência de uma terceira forma de governo representativo (MANIN, 1995: 7).

Há também a divulgação de uma espécie de manifesto intitulado *Pense, não vote!* O artigo adota uma estrutura poética e inicia cada estrofe com a palavra *pense* seguida de questionamentos à situação econômica, social, política e ética, características da política brasileira. Temas como a pobreza, o desemprego, as desigualdades sociais, o arrocho salarial, a falta de assistência hospitalar e o número de vagas nas escolas são associados às políticas governamentais que, segundo o artigo, favorecem os “banqueiros, milionários, latifundiários”, em detrimento dos pobres. Também aparecem muitas críticas relacionadas às denúncias de corrupção no governo Lula que foram amplamente veiculadas pelos meios de comunicação.

A crise que acompanhamos pelos noticiários, principalmente nestes dois últimos anos, a descarada corrupção e roubo do dinheiro público, sanguessugas, cueções recheados de dólares é somente a ponta do iceberg. Todas as nossas riquezas naturais e o fruto do nosso trabalho vão uma parte para os cofres destes parasitas e uma parte gigantesca para os cofres dos imperialistas, principalmente os Estados Unidos. Pense, NÃO vote!

Por Liga Operária 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

O manifesto faz referência às eleições de forma bastante pejorativa e questiona o voto como exercício da cidadania e as eleições como momento de mudança.

E de dois em dois anos é montado e remontado o picadeiro do circo eleitoral e o povo é chamado a “exercer cidadania”, sendo obrigado a votar nesta cambada de mentirosos e corruptos.

Eleição não muda nada! Por Liga Operária 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

No item abaixo nota-se que para os autores do manifesto não há diferença entre os candidatos e os partidos políticos, ou seja, nenhum dos postulantes à presidência expressava qualquer possibilidade de melhoria das condições de vida do povo brasileiro, justamente por se colocarem contrários aos interesses da população.

Que diferença há entre os partidos e programas? Absolutamente nenhuma. É o mesmo governo Lula das contra-reformas anti-trabalhistas, o mesmo governo Alckmin que massacra os pobres de São Paulo, atirando a esmo, afundado em uma crise que não tem fim, a mesma demagogia de Eloísa Helena, que não passa de um Lula de saias, do governo Aécio Neves, de obras cosméticas e propaganda enganosa, e todos os outros tantos que compõem a mesma ópera bufa do farsante jogo de cartas marcadas. Quem manda é o FMI.

Viva a Revolução Agrária! Por Liga Operária 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

A reforma agrária é vista como o primeiro passo para uma revolução verdadeiramente democrática, capaz de superar as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, os autores reiteram a crítica ao governo do presidente Lula.

O lema do governo Lula é Brasil um país de todos, como se pudesse haver igualdade e parceria entre o latifundiário e o sem-terra, o trabalhador e o patrão, o especulador e o sem-teto, a periferia e os condomínios de luxo, o morador de favela e a polícia. Por Liga Operária 20/09/2006 (CMI, 20/09/06)

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL E A ATUAÇÃO DOS COMITÊS DA CAMPANHA PELO VOTO NULO

Outro debate que ganhou presença significativa na web do CMI girou em torno da legislação eleitoral que definiu as regras para a anulação das eleições, conforme observamos no artigo abaixo, intitulado **Brasil: guia do voto nulo**. Essa discussão aparece muitas vezes ao longo do período eleitoral e, além de interpretações divergentes

a respeito da legislação, verifica-se também que muitos usuários que acessavam o site do CMI demonstram dúvidas a respeito dos possíveis desdobramentos caso ocorresse um amplo número de votos nulos.

Afinal, para que serve um voto nulo? Votar nulo e em branco é a mesma coisa? Voto em branco beneficia algum candidato, e só voto nulo é protesto? Por OPINIÃO SOCIALISTA 27/09/2006 (CMI, 27/09/06)

O artigo diferencia o voto em branco do voto nulo, demonstrando que a partir das eleições da urna eletrônica, quando o eleitor vota em branco aparece uma mensagem avisando-o, em seguida aparece uma mensagem informando-o que ele pode apertar a tecla CONFIRMA ou a tecla CORRIGIR.

No caso do voto nulo, o procedimento é diferente. O voto é considerado nulo quando se digita um número de candidato que não está cadastrado nas eleições e a urna eletrônica identifica como erro; se o eleitor apertar a tecla CONFIRME, terá seu voto anulado. Significa dizer que, no caso do voto em branco, o eleitor é informado que está votando em branco, mas no caso do voto nulo o eleitor é avisado que está realizando algum procedimento errado e, para os autores, isso é diferente de informar ao eleitor que ele está anulando o voto.

Nota-se o questionamento à forma como a urna eletrônica é organizada para não contemplar aqueles que votam nulo. Para os autores do artigo, por detrás de uma pergunta, “aparentemente ingênua”, torna-se possível abrir um longo debate em torno da legitimidade da democracia representativa. Sabe-se que no Brasil o debate em torno do voto facultativo poucas vezes ocupou a agenda de debates políticos do país.

Panfletos ensinando a votar nulo também circularam pelo site do CMI. O objetivo era responder a uma dúvida sempre presente no debate em torno do voto nulo: como se vota nulo na urna eletrônica, considerando que no período em que as eleições eram realizadas com cédulas de papel, o voto era anulado quando se escrevia qualquer tipo de conteúdo que não estivesse relacionado ao nome, número e partido dos candidatos que estavam devidamente registrados nas eleições, conforme as regras estabelecidas pelas legislações eleitorais.

No período da redemocratização, setores da esquerda eram contrários ao voto facultativo por considerarem as eleições como um espaço de disputa importante para se discutir os projetos de sociedade aglutinados em torno dos partidos políticos, mas que também tinham ressonância em entidades da sociedade civil, como os sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais de diversas origens. Naquele momento,

acreditava-se que somente através do voto era possível criar um amplo debate social capaz de discutir os projetos de transformação da sociedade.

Ativistas do Comitê Pró-voto Nulo da Baixada Santista postaram um texto com a indicação para que ele fosse modificado e reproduzido durante as manifestações pelo voto nulo. O panfleto intitulado “Três razões para anular seu voto” adotou os seguintes eixos para nortear o debate durante o período eleitoral:

A democracia dos patrões é falsa; Eleição não muda, só a luta popular; Você tem sangue de barata. (CMI, 06/09/06)

Com isso buscavam reafirmar o voto como direito e não como dever do cidadão, portanto questionando a obrigatoriedade. Para os ativistas, se as eleições significassem alguma mudança social efetiva, seriam proibidas pelas classes dominantes, reforçando a idéia sempre retomada no site, que associa as eleições à democracia representativa e às necessidades da burguesia. Nesse sentido, os autores do panfleto não identificam diferenças entre os políticos que são caracterizados como corruptos, oportunistas e mentirosos. Isso ocorreria “porque o sistema é que é ruim, e uma pessoa boa não muda isso”.

O texto adota uma linguagem direta e explora alguns sentimentos muito presentes em relação aos políticos:

Tu é explorado, sacaneado, roubado, extorquido, maltratado, esculhambado e enganado pelos políticos a vida toda, e ainda vai votar neles? (CMI, 06/09/06)

Os comentários expressam a polêmica em torno da campanha do voto nulo. Alguns comentários defendem as eleições, argumentando que a democracia é um processo herdado e que não podemos questioná-la, por outro lado, também haviam comentários nos quais as eleições eram momentos de afirmação de uma pauta para as reivindicações sociais.

Um dos aspectos presentes nos textos veiculados demonstra o descrédito nas instituições públicas e na política partidária, além de uma grande desconfiança em relação aos candidatos à presidência do país. Nesse sentido, a campanha pelo voto nulo tinha como objetivo catalisar o descontentamento de setores aglutinados nos novos movimentos e, conseqüentemente, articular um debate em torno da crítica ao sistema político, utilizando a internet para manifestarem o descontentamento com as instituições políticas por meio das práticas de desobediência civil; portanto, potencializam o uso das

ferramentas digitais.

Antes do primeiro turno, a campanha pelo voto nulo realizou diversas manifestações pelo país que foram comentadas no site do CMI. Uma das características mais destacadas no artigo foi a homenagem realizada ao “poeta libertário baiano” Raul Seixas. A figura de Raul Seixas e sua emblemática canção intitulada *Sociedade Alternativa*, converteu-se em uma espécie de hino da manifestação pelo voto nulo. A canção expressa a necessidade de construção de uma sociedade alternativa e foi várias vezes cantada pelos manifestantes.

Os comentários postados junto a esse artigo questionam o uso de verba da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) na organização da manifestação. O comentarista indica que os manifestantes deveriam fazer “trabalho de base”, em vez de gastarem dinheiro da Associação com manifestações desse tipo. Essa expressão, muito freqüente entre militantes da esquerda tradicional, demonstra um tipo de concepção de organização dos movimentos sociais. Pressupõe uma forma de organização do movimento social pautada em estruturas hierárquicas de tipo vertical, tais como os sindicatos, entidades estudantis e diversos movimentos sociais que utilizam essa estrutura em sua organização social. Existe uma direção que articula a base dos movimentos, ou seja, que dá as diretrizes políticas.

Trata-se de um tipo de estrutura que foi superada pelos chamados novos movimentos sociais que se pautam em torno do formato de rede, horizontal, na qual não haveria espaço para a diferenciação entre direção e base do movimento social, justamente por não haver uma estrutura centralizada para a organização do movimento. As organizações que adotam estruturas rizomáticas têm como princípio o funcionamento em redes, cujos pontos de conexão não estão articulados à centralidade de um comando, oferecendo uma forma de poder descentralizada. Nesse sentido, nota-se que o caráter descentralizado da internet está em consonância com a organização em rede desses movimentos,

Essas redes de computadores vieram incrementar, não substituir, outras estruturas essenciais de organização, desde contatos pessoais a programas de rádio, artigos de jornais *underground*, obras de arte subversivas, música e televisão alternativa (FORD & GIL, 2002: 271).

FRENTE DE ESQUERDA: contrários ou favoráveis ao voto nulo?

A quem serve o voto nulo?

Por OPINIÃO SOCIALISTA 27/09/2006 (CMI, 27/09/06)

O grupo Opinião Socialista entrou no debate a respeito do voto nulo com duas posições. Durante o primeiro turno, os integrantes afirmavam que votar nulo significava o fortalecimento da campanha de Lula, por ser o candidato mais bem colocado nas pesquisas. E consideravam que sua vitória no primeiro turno significaria que a candidatura sairia mais fortalecida para implementar “seus planos de ataque à classe trabalhadora”.

A defesa do voto nulo era vista como posição ultra-esquerdista, cujo significado seria

um atraso na consciência coletiva dos trabalhadores: o rechaço a todo tipo de organização, a negação de toda política e de todos os partidos políticos, sem exceção. PSTU, (CMI, 27/09/2006)

Trata-se de um artigo que reforça a posição da Frente de Esquerda composta pelo Partido Humanista (PH), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que apoiaram a candidatura da ex-senadora Heloisa Helena. É importante destacar que o debate presente é uma continuidade de uma espécie de acerto de contas com o Partido dos Trabalhadores, que já abrigou membros do PSOL e do PSTU, expulsos ou que deixaram o PT por discordarem dos rumos adotados pelo partido.

No artigo, a Frente de Esquerda se coloca no processo eleitoral no sentido de

“quebrar a falsa polarização entre os dois candidatos principais da burguesia. Dizer que são todos iguais é mentir aos trabalhadores e apostar na apatia e na desmoralização”. PSTU, (CMI, 27/09/2006)

Aqui há uma clara referência a uma espécie de bipartidarismo que vem se repetindo nas eleições presidenciais desde 1994, primeiro confronto entre PT e PSDB que polarizou o processo eleitoral.

Os ativistas do voto nulo são vistos pela Frente de Esquerda como aqueles que não percebem a importância da “consciência de classe” e não dialogam com os trabalhadores. Portanto, não ajudariam no desenvolvimento da consciência necessária para as transformações sociais. O voto nulo significaria o abandono do “combate” às eleições burguesas e não contribuiria para a luta pela destruição do capitalismo.

No artigo está expressa a posição de um membro do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) que defende a candidatura de Heloisa Helena como representante dos trabalhadores:

O PSTU, ao contrário, afirma de maneira categórica: há uma alternativa! Não é necessário nem inevitável que mais uma vez os trabalhadores votem nos patrões ou em burocratas traidores e degenerados. Há uma Frente de Esquerda, oposta aos dois principais campos burgueses e que se apresenta como uma alternativa. Há homens e mulheres, operários e funcionários públicos, bancários e estudantes que se apresentam como representantes daquilo que a classe trabalhadora em geral tem de melhor: sua capacidade de organização, sua valentia e sua teimosia em lutar.

PSTU, (CMI, 27/09/2006)

Verifica-se aqui uma das posições políticas na campanha do voto nulo que se vincula aos setores dos partidos chamados de esquerda. Diferentemente dos anarquistas e de outros grupos de orientação libertária que pregaram o voto nulo por questionarem a representação política e o Estado, o PSTU encara as eleições como parte de um processo de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores para a realização de uma revolução que implante o socialismo. Portanto, ocupar o parlamento “burguês” significa uma etapa necessária para o processo de organização dos trabalhadores e de acumulação de forças necessárias para o processo revolucionário.

Os comentários ao artigo do militante da Frente de Esquerda expressam a radicalidade do debate, utilizando as seguintes expressões:

VAI TE CATAR REACIONÁRIO

Fábio de Oliveira Ribeiro 27/09/2006

Quem VOTA NULO pretende dar um basta nesta "putaria administrativa" em que direita e esquerda disputam legal e ilegalmente os recursos públicos e cuidam apenas de seus próprios interesses. Na qualidade de contribuintes pagamos as contas das campanhas milionárias dos candidatos de todos partidos e não estamos sendo adequadamente atendidos pelo Estado.

Não Vote, Lute

Pedro 27/09/2006 (CMI, 27/09/06)

SEGUNDO TURNO

A Nova Eleição

Por X20 04/10/2006

ESTAMOS TODOS NUS. NAO HA MAIS ROUPAS PARA NOS ESCONDER. UMA PROSA DE ESQUERDA.

ESTAO TODOS NUS! (CMI, 04/10/06)

No início do segundo turno, o artigo intitulado “A nova eleição” reforça uma análise recorrente que no segundo turno é outro processo eleitoral que se deflagra. Significa dizer que o fato de apenas os dois candidatos mais bem votados concorrerem ao pleito impõe uma reviravolta nas alianças políticas, com o objetivo de direcionar as negociações

com vistas à composição da base aliada do governo eleito.

Freqüentemente, aqueles que fizeram muitos ataques aos candidatos adversários se vêem obrigados a reformularem suas críticas e justificarem seu apoio ao candidato que durante o primeiro turno era adversário e no segundo turno passa a ser aliado. A governabilidade e, no caso da eleição presidencial, o apoio do Congresso Nacional são os alvos da mudança de tática, considerando que o presidente que não consegue obter apoio significativo entre deputados federais e senadores e encontra dificuldades para aprovar os projetos de interesse para o governo. Portanto, quando as eleições vão para o segundo turno esse debate aparece com mais ênfase, considerando a necessidade de criar as condições necessárias para garantir a governabilidade.

O autor do artigo declara ter um “sentimento nostálgico” das práticas políticas dos anos 80/90, conforme podemos observar na citação abaixo:

Saudades de uma esquerda perdida.

Confesso meu sentimento nostálgico daqueles tempos de grêmio e centro acadêmico. Nunca participei de sindicato, devido ao seu espírito corporativo e cúmplice. No movimento estudantil havia mais utopia, mais idealismo, sonhávamos com um mundo melhor e maior (de negros, gays e pobres). Nos sindicatos sempre foi aquela coisa econômica, pragmática, sem grandes vãos mentais. (CMI, 04/10/06)

O autor chama a atenção para o fim das utopias de esquerda e afirma que, mesmo que o Partido dos Trabalhadores tenha simbolizado a possibilidade da construção de uma sociedade socialista, essa é uma idéia fora da realidade e que não seria culpa do ex-sindicalista, fazendo uma alusão à figura de Lula. Mas afirma que

Culpa da idéia, enraizada na cabeça da militância, de que bastava um Messias para tudo dar certo e o socialismo ser implantado no Brasil. (CMI, 04/10/06)

Conclui o artigo afirmando que a experiência com o PT não levou as massas à revolução, mas à realidade. E mesmo que o PSOL ainda conserve vestígios do discurso para manter o “último suspiro do sonho”, trata-se de um tipo de formulação que não atingiria mais as pessoas, numa manifestação de descrédito das possibilidades de transformação da sociedade.

Entre os comentários ao artigo, destacamos um que ironicamente dá “as boas-vindas ao mundo adulto”, reafirmando uma idéia também muito freqüente em debates, principalmente dos partidos políticos tradicionais, segundo a qual o tempo e o espaço das lutas utópicas haveriam acabado com a Queda do Muro de Berlim.

Outro comentário elogia o artigo e diz que todos os esquerdistas deveriam ter a

mesma honestidade intelectual do autor. Para o comentarista,

A impressão é sempre essa: a teoria está certa, os encarregados de colocá-la em prática é que fracassam e se deixam corromper. A realidade é bem outra. E essa realidade é que A TEORIA, ESTA SIM, SEMPRE ESTEVE FUNDAMENTALMENTE ERRADA.(CMI, 04/10/06)

Nesse sentido, nota-se também um antigo debate em torno das diferenças entre teoria e prática. Aqui se reitera a visão que a teoria comporta qualquer tipo de formulação política, mas que ao chegarem ao poder e se enfrentar com a “realidade” os políticos devem modificar suas práticas para poderem exercer seus mandatos.

Breves considerações finais

As novas tecnologias de informação e de comunicação exerceram um papel fundamental na campanha do voto nulo nas eleições presidenciais de 2006. Com a liberdade de comunicação que se estabelece através da internet, verificou-se um debate intenso em torno das questões mais polêmicas do processo eleitoral, abrindo a perspectiva para a campanha pelo voto nulo e trazendo para o debate pessoas que estavam à margem desse assunto.

O debate político tanto nos artigos e notícias postadas quanto nos respectivos comentários expressa a radicalidade das críticas aos movimentos sociais e partidos políticos identificados com a chamada esquerda tradicional. É importante destacar que a Campanha pelo Voto Nulo ocorreu desde o primeiro turno das eleições e buscava demarcar uma posição contrária à obrigatoriedade de voto. Nesse sentido, os ativistas do site questionam o processo eleitoral em si e não especificamente uma conjuntura política.

Essa diferenciação se faz necessária à medida que partidos como o PSTU, que no primeiro turno esteve coligado com o PSOL e apoiou a candidatura da ex-senadora Heloísa Helena à presidência da República, decidiram convocar o voto nulo no segundo turno, considerando que nenhum dos candidatos (Lula e Alckmin) representava seus anseios de mudança a partir do processo eleitoral. Portanto, não criticava as eleições ou a democracia representativa, apenas a composição de candidatos do segundo turno.

Um dos debates mais presentes no site girou em torno da posição dos partidos no processo eleitoral e em relação às denúncias de corrupção no governo Lula. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores, e principalmente a candidatura Lula, foram os maiores alvos de crítica daqueles que postaram suas opiniões no site.

A candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) também foi alvo de muitos questionamentos, mas é notável que a crítica mais severa foi dirigida aos setores de esquerda e de centro-esquerda. Portanto, o debate principal estabelecido entre os internautas manifesta um descontentamento com a forma como os setores da chamada esquerda tradicional pauta suas reivindicações.

Essa crítica às formas tradicionais de organização segue a tendência dos novos movimentos sociais, os chamados *altermundistas*, para os quais os processos de resistência devem se organizar enfrentando debates que estão na ordem do dia. E que não seriam debatidos com a radicalidade esperada pela esquerda tradicional, cuja atuação se coloca no âmbito de reformas que não alteram a essência do sistema capitalista.

Uma das críticas mais importantes está na forma de organização adotada pelos partidos de esquerda. A estrutura verticalizada é criticada pelos ativistas dos novos movimentos pelo fato de espelharem as formas organizativas próprias das instituições capitalistas. Os novos movimentos repudiam essa forma e se pautam pela horizontalidade, pela organização em rede, partindo do pressuposto de que essa seria a forma mais eficaz de estimular a participação direta dos indivíduos nos processos reivindicatórios, em detrimento das formas representativas adotadas pelos partidos no atual sistema democrático.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, R. ; BURGOS, Marcelo ; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo . **Internet e Política: os blogs nas eleições presidenciais 2006**. In: 31º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2007, Caxambu. 31º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2007.

AZEVEDO, Fernando, **O agendamento da política** in: RUBIM, Antonio A. C. (Org.) **Comunicação Política – Conceitos e Abordagens**, Salvador: EDIUFBA, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

CHAIA, Vera, **Internet e eleições: os usos do Orkut nas eleições de 2006** in: LOGOS 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2o. Semestre 2007.

DICTSON, D. e RAY, D. **A moderna revolução democrática – uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet**. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. **Internet e política - teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Domingues, José Maurício. **Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades**. En publicacion: Análise de Conjuntura OPISA, no. 2. Análise de Conjuntura OPISA. 2007.

Acceso al texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>

EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org). **Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

FORD, T. V. e Gil, G., **A Internet radical**, in Downing, J.D.H. – **Mídia radical – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**, Senac Editora, São Paulo, 2002.

LANDTSHEER, C., KRASNOBOKA, N. e NEUNER, C. **La facilidad de utilización de las “web sites” de partidos políticos. Estudio de algunos países de Europa del este y Occidental**. Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

LIMA, Venício de, **A Mídia nas eleições de 2006**, São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres P.S. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006.

MANIN, Bernard, **As metamorfoses do goveno representativo**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 29, ano 10, outubro de 1995.

MORAES, Dênis de. **Mídia, tecnologia e poder**. Cadernos Griffo. Rio de Janeiro, (3): 9-32, 1995.

STEFFEN, César. **Espaços digitais e visibilidade política: algumas considerações sobre a Internet na campanha presidencial brasileira de 2002**.

Disponível: <http://bocc.ubi.pt/index.php3>. Acessado em 2003.

<http://www.centrodemidiaindependente.org>

